

# DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE

**Melissa Andréa Smaniotto  
(Organizadora)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

**Melissa Andréa Smaniotto**  
(Organizadora)

# **Direitos Humanos e Diversidade**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D598 Direitos humanos e diversidade [recurso eletrônico] / Organizadora  
Melissa Andréa Smaniotto. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,  
2019. – (Direitos Humanos e Diversidade; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-182-4

DOI 10.22533/at.ed.824191303

1. Antropologia. 2. Direitos humanos. 3. Minorias. I. Smaniotto,  
Melissa Andréa. II. Série.

CDD 323

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Direitos humanos e diversidade”, em seu volume 1 traz à tona discussões relevantes na sociedade contemporânea a partir de uma perspectiva interdisciplinar e multifacetada, o que propicia um olhar ímpar a partir da visão de mundo de autores, revelando uma preocupação em contribuir para a temática tendo como ponto de partida o viés educacional e cultural.

Neste sentido, se evidencia a imprescindibilidade de provocação dos protagonistas da construção do conhecimento, quais sejam, educadores e alunos, para que - na realidade que estão inseridos - disseminem reflexões e despertem nos mais diversos espaços sociais, atitudes comprometidas com a efetivação dos direitos humanos.

Além das escolas e universidades, a comunidade científica à luz da antropologia aprofunda o debate dos direitos humanos voltando-se para questões referentes à sexualidade, família, gênero, raça, idade, religião e liberdade de expressão e seus desdobramentos voltados na busca incessante de respeito à diferença, aceitação, pertencimento e sobretudo, de inclusão social.

Este volume 1, composto de 25 capítulos, tem como propósito difundir e aprofundar a percepção de que os direitos humanos estão implícitos e, muitas vezes, desrespeitados, na multiplicidade de situações que permeiam o dia-a-dia, objetivando-se dar visibilidade e amadurecer possíveis caminhos que se aproximem da efetivação de tais direitos, com olhos voltados à dignidade da pessoa humana.

Melissa Andréa Smaniotto

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AFINAL, QUAL É O PAPEL DO SOCIOEDUCADOR COMO AGENTE DE DIREITOS HUMANOS?	
<i>Clawdemy Feitosa e Silva</i> <i>Sidelmar Alves da Silva Kunz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8241913031</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
ANDRAGOGIA: UM SABER NECESSÁRIO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EJA, PROEJA E TURMAS DE ACELERAÇÃO	
<i>Tiago Tristão Artero</i> <i>Giane Aparecida Moura da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8241913032</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
<i>Andréa Souza de Albuquerque</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8241913033</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>35</b>
DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES DESDE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	
<i>Messias da Silva Moreira</i> <i>Thaís Janaína Wenczenovicz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8241913034</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTERCULTURALIDADE	
<i>Soraya Cunha Couto Vital</i> <i>Sônia da Cunha Urt</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8241913035</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL IRENE ORTEGA, MIRASSOL D'OESTE – MT	
<i>Cláudia Lúcia Pinto</i> <i>Ieda Maria Brighenti</i> <i>Valcir Rogerio Pinto</i> <i>Elaine Maria Loureiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8241913036</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>75</b>
GESTOR/COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO PROMOTOR MULTIPLICADOR, DOS DIREITOS HUMANOS E DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ, NO CONTEXTO ESCOLAR	
<i>Carlos Fernando do Nascimento</i> <i>Cleonildo Mota Gomes Júnior</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8241913037</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>90</b>
O CINEMA ALÉM DO INGRESSO PAGO: A PRODUÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA	
<i>Letícia Brambilla de Ávila</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8241913038</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>106</b>
O CONTEÚDO DE LUTAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM DIREITO A SER CONQUISTADO	
<i>Luiz Frederico Pinto</i>	
<i>Tiago Tristão Artero</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8241913039</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>111</b>
O PRONATEC E O DIREITO À FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MS	
<i>Arão Davi Oliveira</i>	
<i>Valdivina Alves Ferreira</i>	
<i>Celeida Maria Costa de Souza e Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82419130310</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>128</b>
UMA AÇÃO DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL	
<i>Victor Ferri Mauro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82419130311</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>141</b>
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: SUA INTERFACE COM OS DIREITOS CULTURAIS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL CIDADINO	
<i>Tatiane Vieira de Aguiar Barreto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82419130312</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>157</b>
A IMAGEM DO NEGRO NA PUBLICIDADE: COMPARATIVO BRASIL E SUÉCIA	
<i>André Isídio Martins</i>	
<i>Jaci de Fátima Souza Candiotto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82419130313</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>171</b>
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DISCURSO DE ÓDIO: O ETNOCENTRISMO RELIGIOSO LEGITIMANDO ABUSOS	
<i>Francisco das Chagas Vieira dos Santos</i>	
<i>Clara Jane Costa Adad</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82419130314</b>	

**CAPÍTULO 15 ..... 184**

**A REPRESENTAÇÃO E O LUGAR DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS**

*Lídia Maria Nazaré Alves*  
*Aparecida Gomes Oliveira*  
*Murilo Américo da Silva*  
*Fabírcia Santos Miguel*

**DOI 10.22533/at.ed.82419130315**

**CAPÍTULO 16 ..... 194**

**ADOÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS: PRECONCEITO X A PRÁTICA INCLUSIVA**

*Fabianne da Silva de Sousa*  
*Maira Nunes Farias Portugal*

**DOI 10.22533/at.ed.82419130316**

**CAPÍTULO 17 ..... 206**

**AS BORDADEIRAS DA COMUNIDADE ESPÍRITA DISCÍPULO DE JESUS COMO AGENTES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL - BAIRRO NOVA LIMA – CAMPO GRANDE – MS**

*Mariel Guerreiro da Fonseca Martins*  
*Dolores Ribeiro Coutinho*  
*Maria Augusta de Castilho*

**DOI 10.22533/at.ed.82419130317**

**CAPÍTULO 18 ..... 216**

**BANCADA PARLAMENTAR EVANGÉLICA: UMA MORAL RELIGIOSA QUE LIMITA A APLICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

*Larissa Maria de Queiroz*

**DOI 10.22533/at.ed.82419130318**

**CAPÍTULO 19 ..... 228**

**CULTURA SURDA E LITERATURA NO ESPAÇO ESCOLAR: UM EXERCÍCIO DE DIREITO AO ESTUDANTE SURDO**

*Michele Vieira de Oliveira*  
*João Paulo Romero Miranda*  
*Rosana de Fátima Janes Constâncio*  
*Adriano de Oliveira Gianotto*  
*Andréa Duarte de Oliveira*

**DOI 10.22533/at.ed.82419130319**

**CAPÍTULO 20 ..... 237**

**DESCOLONIZAR A UNIVERSIDADE: POR METODOLOGIAS DESCOLONIAIS E FEMINISTAS NO ENSINO JURÍDICO BRASILEIRO**

*Roberta Laena Costa Jucá*  
*Vanessa Oliveira Batista Berner*

**DOI 10.22533/at.ed.82419130320**

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>258</b>
DIREITO DOS IDOSOS EM UMA UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS	
<i>Ane Milena Macêdo de Castro</i>	
<i>Josyenne Assis Rodrigues</i>	
<i>Gleice Kelli Santana de Andrade</i>	
<i>Anna Alice Vidal Bravahlieri</i>	
<i>Danielle Mayara Rodrigues Palhão de Rezende</i>	
<i>Lariane Marques Pereira</i>	
<i>Francielly Anjolin Lescano</i>	
<i>Tuany de Oliveira Pereira</i>	
<i>Alexandra Bazana da Silva Costa</i>	
<i>Edivania Anacleto Pinheiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82419130321</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>263</b>
DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADES: SOBRE CONSERVADORISMOS, FUNDAMENTALISMOS E PÂNICOS MORAIS	
<i>Cristiano Figueiredo dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82419130322</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>279</b>
O SISTEMA DE COTAS PARA INGRESSO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS À LUZ DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E DOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	
<i>Aparecida França</i>	
<i>Katlein França</i>	
<i>Reginaldo França</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82419130323</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>294</b>
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO SUPERIOR	
<i>Sandra Maria Rebello de Lima Francellino</i>	
<i>Luciane Pinho de Almeida</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82419130324</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>305</b>
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E O RECONHECIMENTO DA IGUALDADE NA DIFERENÇA: UMA EXPERIÊNCIA DE APROXIMAÇÃO ENTRE JOVENS DE DIFERENTES REALIDADES	
<i>Alaine Elias Amaral</i>	
<i>Lorene Almeida Tiburtino-Silva</i>	
<i>Josemar de Campos Maciel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82419130325</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>314</b>

## A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E O RECONHECIMENTO DA IGUALDADE NA DIFERENÇA: UMA EXPERIÊNCIA DE APROXIMAÇÃO ENTRE JOVENS DE DIFERENTES REALIDADES

**Alaine Elias Amaral**

Universidade Católica Dom Bosco  
Campo Grande – MS

**Lorene Almeida Tiburtino-Silva**

Universidade Católica Dom Bosco  
Campo Grande – MS

**Josemar de Campos Maciel**

Universidade Católica Dom Bosco  
Campo Grande – MS

**RESUMO:** O presente trabalho apresenta uma proposta de ação educacional em direitos humanos e discute algumas das suas implicações. Tem por premissa o princípio da transformação e conhecimento cultural por meio de ações concretas, como as vivências de troca e intercâmbio ou negociação cultural, em paralelo com o estudo das diretrizes do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. A pesquisa foi construída ao redor de um relato de experiência que inclui a análise de tais princípios, no interior de um projeto denominado “O Amanhã em Ação”. O mesmo foi desenvolvido com alunos do ensino fundamental, no âmbito de uma escola particular de Campo Grande, município de Mato Grosso do Sul. Por meio das atividades, realizadas no ano de 2015, foi possível proporcionar um encontro com crianças e adolescentes de diferentes realidades,

principalmente quanto a aspectos culturais, os quais abarcam o cotidiano, a experiência e, ainda, a construção da etnicidade, promovendo assim experiências e rodas de intercâmbio de saberes. Em um histórico de lutas brasileiras, em busca da valorização da dignidade humana e da igualdade para todos, as ações que focalizam a inter-relação de diferentes grupos tornam-se potencialmente válidas, enquanto os estudos destas ações possibilitam a visualização de novas propostas de educação. Desta forma, contribui-se para aproximar a escola de sua missão, em especial no desenvolver de cidadãos críticos, conscientes, e para que estes se encontrem em sua plenitude, para serem atores de mudanças em uma sociedade participativa, aberta e integradora.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; direitos humanos; encontros culturais; ensino fundamental.

**ABSTRACT:** The present work has a proposal of educational action in human law and discusses some of implications. Its premise is the process of cultural change and knowledge through concrete actions, such as exchange and exchange experiences or cultural negotiation, in parallel with the study of the guidelines of the National Plan for human law education. The research was built together with an experience of analyzing principles, within a private school

in Campo Grande, Mato Grosso do Sul's county. Through the activities carried out in the year 2015, it was possible to find meetings with children and adolescents from different realities, covering a cultural perspective, which encompasses daily life, an experience and also a construction of ethnicity, thus promoting experiences and wheels exchange of knowledge. In a history of Brazilian struggles, in search of the valorization of human dignity and equality for all, actions that focus on an interrelationship of groups become selective, while. In this way, they contributed to the formation of their mission in particular the developments of citizens, conscious, and so that they were in full, so that they had participation of an open, inclusive and participative society.

**KEYWORDS:** Education; human law; cultural meeting; fundamental teaching.

## 1 | INTRODUÇÃO

Em sua heterogenia, o Brasil concebe manifestações artísticas, religiosas, presença de patrimônios, valores e formas de vivências das mais variadas configurações, constituindo-se um país de grande riqueza multicultural. No entanto, para que seja garantida a perpetuação de sua diversidade, junto a uma representatividade saudável, são necessárias ações pertinentes. Concordando com esse discurso, o relatório sobre a situação da população mundial (2015) destaca a cultura como fonte de conhecimento, identidade e poder, dentro de uma compreensão dinâmica e adaptativa, onde circunstâncias em transformação contribuem para a promoção de mudanças significativas. O entendimento a respeito de como os valores, as práticas e as crenças modificam o comportamento humano se torna, para isso, inerente à eficácia de ações que se proponham a ajudar as pessoas e as nações a exercerem os direitos humanos.

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos objetivou que diversos países assumissem o compromisso com a humanização da população, visando o bem comum (AMARAL et al., 2013). Entre as propostas para alcançar este objetivo, a educação em direitos humanos surgiu preconizando a proposta de ações e práticas focadas neste tema em ambientes educacionais. Uma educação que corresponda a tais princípios não equivale, de acordo com os mesmos, a tão somente uma educação formal, mas implica indispensavelmente no comprometimento com a responsabilidade dos indivíduos diante da sociedade.

Indispensável se torna, assim, a busca pela ascensão de conhecimentos, valores e compreensão sobre a realidade, com a compreensão de que educar com qualidade não se restringe, portanto, a uma repetição de preceitos, mas abarca, prioritariamente, a formação de consciências que serão responsáveis por guiar as ações daqueles que desempenham o papel de cidadãos no contexto social (SANDER, 2007).

O texto que segue tem por objetivo exemplificar, a partir de um relato de experiência, uma ação de educação em direitos humanos, realizada com alunos de uma escola particular, em 2015, junto aos membros da Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista, comunidade localizada no município de Campo Grande/MS, através

de um encontro de lazer proposto pelo projeto social “O Amanhã em Ação”.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Desde suas origens, a educação é responsável por perpetuar conhecimentos e formar cidadãos, influenciando sobre a sociabilidade de indivíduos, transmitindo normas e valores a serem seguidos e constituindo, desta forma, seu desenvolvimento moral. Como direito constitucionalmente defendido, é descrito na Constituição da República como dever do Estado e da entidade familiar (BRASIL, 1988). Tratando-se de um direito fundamental, de acordo com artigo 26 da Declaração dos Direitos Humanos, caracteriza-se como uma poderosa via de construção social, enquanto potencial elemento na implementação de uma cultura de direitos humanos (AMARAL et al., 2013).

Para isso, são necessárias ações práticas que, como sugere Tuleski et. al. (2005), compreendem a relação entre o conteúdo aprendido e o cotidiano. Ainda, sugere-se que a relação e o interesse pelos mesmos tornam-se fatores motivacionais para que o aluno interaja mais ativamente em aula, além do avanço em políticas públicas educacionais. Conforme aponta Souza (2010), a institucionalização dos espaços democráticos proveniente da Constituição de 1988, juntamente com a crítica à escola tradicional, possibilitou o avanço de um novo olhar para a pesquisa no campo das políticas públicas educacionais, assim como de uma compreensão da escola que leve em conta sua constituição a partir de relações subjetivas, históricas, sociais e culturais.

É importante lembrar, no que se refere aos conhecimentos científicos, que o desenvolvimento de pesquisas se torna insuficiente se não for bem aproveitado nas práticas. A produção científica necessita não somente da atualização, mas também de ações concretas, assim como estas necessitam daquela. A palavra compromisso, na concepção de Borges e Mourão (2013), traz em si as noções de obrigação e envolvimento, que remetem a responsabilidade e vínculo com algo e alguém. Portanto, compromisso social implica em responsabilidade com o outro, aspecto fundamental da cidadania.

A diversidade das culturas institucionais e comunitárias, juntamente com a variedade de contextos subjetivos a cada local e momento, torna necessário pensar em ações calcadas nas necessidades locais. Considerando o indivíduo histórica e culturalmente, assim como suas relações estabelecidas e a dinâmica das mesmas, tais práticas não se limitam tão somente ao ambiente escolar. Isso se faz valer pelo fato de os processos educativos ocorrerem também fora da escola, conforme aponta Martinez (2010). Sendo assim, são primordiais à formação do indivíduo o fortalecimento de sua responsabilidade social, cabendo este mesmo princípio aos diversos profissionais que compõem a escola e a sociedade como um todo.

Torna-se imprescindível, no que se refere aos processos educativos, apoiar e

promover a utilização de mecanismos adequados para o melhor aproveitamento do aluno, visando que este se desenvolva enquanto cidadão capaz de contribuir para a sociedade. Tendo em vista a multiplicidade de fenômenos envolvidos nos processos educativos e a complexidade humana, todos os envolvidos neste processo merecem ser considerados, tais como profissionais da educação, a família e a comunidade (SOUZA, 2010).

A filosofia de Martin Buber analisa a existência do homem com base no que chama de relação inter-humana. Para ele, relação diz respeito a reciprocidade, caracterizando-se como uma relação entre entes. Relação esta que acontece na presença, no encontro, momento este que não se caracteriza somente por um instante cronológico, mas que provoca mudanças nos entes envolvidos. Diversas esferas da vida são abrangidas, perpassadas e significadas pela relação. De acordo com essa visão, o outro não é algo experimentável, dado seu caráter não objetificável (MARTINS, 2010).

Semelhantemente Levinas pontua que o caráter infinito do outro, em sua natural transcendência, consiste na impossibilidade de ser reduzido a objeto. O outro não se trata, portanto, de algo experimentável, e sim daquele com o qual é possível se relacionar, em um movimento natural de afetar e transformar com o ato da existência, ao mesmo tempo em que se é afetado e modificado no momento do encontro (CHACON, 2015). Buber chama a isso de relação originária, responsável por promover mudança interna naqueles que são envolvidos pelo encontro, sendo esta considerada, por ele, a verdadeira relação (MARTINS, 2010).

Na relação intersubjetiva, definida pelo autor como o “entre”, essa experiência de comunicação, resultante da busca de um ser humano por outro, embora se dê em uma esfera comum, ultrapassa o campo de cada indivíduo que se encontra, fazendo com que se modifiquem. Ainda para o autor, vínculos sociais não seriam somente aqueles que acontecem entre indivíduos de um mesmo grupo, uma vez que todos os seres humanos são parceiros no acontecimento da vida, independentemente da proximidade pessoal que possuam. O amor ao outro, para Buber, só pode ser possível mediante a não-objetificação do outro, por meio do encontro (MARTINS, 2010).

O desenvolvimento do pensamento ético, fator primordial na formação de cidadãos e, por isso, quesito indispensável para se pensar quando se trata de metodologias educacionais, atrela-se à necessidade de possibilitar o encontro, a relação intersubjetiva. Kierkegaard define o homem como um ser de relação. Para Chacon (2015), a ética só pode ser possível a partir dessa consciência. O pensamento ético necessita da saída de si para o encontro com o outro, não se limitando a uma apropriação deste outro com o qual se relaciona, dominação esta que envia sua revelação (CHACON, 2015; MARTINS, 2010). Síveres e Melo (2012) pontuam que a própria hospitalidade não deve ser resumida a uma instrumentalidade técnica e tão somente racional. Esta é definida pelos autores como uma experiência de acolhimento, a qual só é possível mediante a responsabilidade diante do outro.

Para Levinas, o encontro face a face, o olhar e o rosto, despertam no homem a noção de responsabilidade com aquele que se revela em sua infinitude. O conceito levinasiano de infinito vai além de um oposto daquilo que é finito. No caso do encontro, o infinito do rosto traz em si a transcendência daquele que não pode ser inteiramente captado, sendo necessário permitir que se revele. O rosto se torna um espaço de compartilhamento, superando a relação de posse, de forma que a tematização do outro no mundo individual dê espaço para o compartilhamento do mundo na esfera do outro (SÍVERES; MELO, 2012). Reconhecer a alteridade seria, deste modo, permitir que o outro seja livre do aprisionamento de concepções superficiais.

Além disso, o rosto traz em si obrigações daquele que encontra, uma vez que, diante do outro, não se pode ficar inerte. O encontro propulsiona, desta forma, um momento de inversão da prioridade de si, para o acolhimento da realidade trazida no rosto do outro, implicando na misericórdia, no acolhimento, e na responsabilidade (SÍVERES, MELO, 2012). Tais concepções teóricas preconizam que ações para o encontro se tornam indispensáveis para uma educação em direitos humanos.

### 3 | METODOLOGIA

O trabalho teve seu desenvolvimento em uma escola particular e na Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista, ambas do município de Campo Grande/MS. Optou-se por realizar a intervenção com dois públicos diferentes quanto a aspectos culturais e socioeconômicos, a fim de proporcionar o intercâmbio cultural, com especial atenção à proposta de desenvolver ações que visem a educação para a humanização das relações.

O projeto em questão foi dividido em dois momentos. Primeiro, com a sensibilização das turmas quanto ao intercâmbio de culturas e o encontro com o outro, em treinamentos de pintura facial e escultura de balões, com materiais específicos para essas atividades. Depois, com o encontro entre os dois públicos, sendo estes predominantemente juvenis. No que diz respeito à escola, os participantes se tratavam de adolescentes na faixa etária entre quatorze e quinze anos, enquanto o público da comunidade visitada envolvia crianças e adolescentes entre seis e quinze anos. Devido às idades mencionadas, a intervenção contou voluntariamente com a presença de profissionais que trabalhavam em ambos os lugares, além de pais e responsáveis que se dispuseram a auxiliar, para que fosse executada.

O treinamento em pintura facial e escultura em balões foi escolhido por se tratar de duas atividades que costumam despertar grande interesse em crianças e adolescentes, o que motivaria engajamento nos alunos que iriam participar da ação, e acolhimento quando estes fossem intervir na comunidade escolhida para receber a ação. A escolha dos participantes se deu a partir de dois critérios: da predisposição artística de alunos que demonstravam interesse e habilidade em áreas artísticas, e da

escolha livre do aluno em participar ou não do projeto.

A escola escolhida para o desenvolvimento do projeto situava-se em um bairro predominantemente comercial. Concomitante a este último aspecto, foi possível observar a escassez de recursos públicos, com atendimento integral focado em setores particulares, atraindo principalmente populações de classe média e alta. Quanto ao local visitado, a Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista foi escolhida devido a sua riqueza em valorização étnica e cultural, e por se tratar de uma instituição que atende famílias cadastradas através da Assistência Social, no projeto de desenvolver, juntamente com o propósito do fortalecimento da identidade negra, atividades culturais, de incentivo ao desenvolvimento e de fortalecimento de vínculo com suas crianças e famílias.

Define-se como “Remanescente de Quilombos”, manifestando-se através da valorização da cultura quilombola e de sua expressão religiosa e de reconhecimento de direitos. Certificada em 2006 pela Fundação Cultural Palmares, conta com eventos culturais e religiosos, reuniões em entidades do movimento negro e atividades culturais da própria comunidade e acompanhamento das famílias vinculadas (SILVA, 2010).

Com atividades grupais voltadas para a valorização da identidade negra e o fortalecimento de vínculo, suas práticas, bem como suas relações sociais e políticas constituintes, tiveram suas raízes na história de negociação e luta pelo reconhecimento e preservação de sua identidade étnica e cultural. As atividades comunitárias da instituição em questão possibilitam o fortalecimento da identidade e do sentimento de pertencimento étnico dos envolvidos, uma vez que a organização cultural dos quilombolas foi historicamente organizada como um modo de reagir às opressões, desde épocas passadas, buscando elementos que pudessem fortalecer especialmente o seu reconhecimento (SILVA, 2010).

#### **4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os alunos envolvidos na experiência demonstraram grande interesse na participação e nas ações a serem realizadas, durante todo o processo de intervenção, com perguntas, desenvolvimento de projetos futuros, trocas de ideias e até mesmo treinamentos caseiros.

Um fato relevante no dia da ação concreta foi a maneira como se deu a integração entre os dois grupos. De realidades diferentes, os alunos da escola particular e as crianças da comunidade uniram-se em momentos que, de interação receptiva, permearam o aprendizado de percussão, ensinados aos alunos pelas próprias crianças do local, a explanação sobre os aspectos históricos étnicos valorizados pela comunidade, com oficina de turbantes, e em troca de passos de danças, realizadas espontaneamente em conjunto entre as crianças e adolescentes das diferentes realidades, em meio a músicas improvisadamente coreografadas.

Além de receberem o presente dos alunos do colégio, num dado momento as crianças e adolescentes do local visitado resolveram presentear também os alunos, com uma apresentação de percussão de tambores com dança africana. Isso mostra que o benefício e a doação se fizeram notórios enquanto troca e não somente enquanto oferta, tornando-se uma experiência gratificante para ambos os grupos envolvidos.

O encontro foi finalizado, ainda, com um lanche partilhado entre os membros da comunidade e a equipe da escola, contando com um bolo confeccionado pela mãe de uma das famílias associadas da comunidade, cujos ingredientes foram doados antecipadamente pelos alunos, e a junção de bebidas que foram levadas tanto pelos estudantes quanto preparadas pela comunidade visitada. Através do relacionamento entre os alunos e a associação, o encontro proporcionou um dia de fraternidade e divertimento para ambos os grupos sociais. Além das pinturas e das esculturas em balões, um grupo de alunos do ensino médio da mesma escola visitante compareceu ao local para realizar uma apresentação teatral, voltada para o público infantil, além de contribuir também para a partilha do lanche. Após o encontro, ambos os grupos foram questionados sobre a importância do momento. Com verbalizações de gratidão, contentamento e valorização de ações como esta, foi considerado por eles valioso para suas memórias e para a construção de uma sociedade mais fraterna.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua missão de perpetuar e promover conhecimento, a escola não somente educa por meio de conteúdo, mas através de ações, da reflexão intercalada com a realidade e das relações desenvolvidas por intermédio da escola, formando cidadãos para a vida social. Para que esse processo seja eficaz com as necessidades dos indivíduos em sociedade, é necessário que o aluno seja compreendido como um ser único, inteiro, inserido em um espaço dividido por outros e construído na inter-relação entre singularidades que compõem conjuntamente essa sociedade.

Para que cada cultura e realidade dos diversos grupos sociais seja respeitada e valorizada, de modo a combater sua segregação ou perda de direitos, é necessário que seja promovida uma cultura de respeito à diversidade, ao ser humano e aos seus direitos fundamentais. Educar em direitos humanos é não somente discutir a importância da igualdade e do respeito, mas também promover ações de sensibilização com o outro e sua realidade. É promover a compreensão de que, com a riqueza de ser diferente, é possível haver igualdade no sentido de que todos têm o direito e a importância de fazer parte, de forma digna, de uma sociedade naturalmente composta por diversidades.

Na experiência, o aprendizado não é jogado pronto para o indivíduo e decorado, mas ocorre com a sua participação, fazendo com que sua autonomia e vivência possibilite reflexões mais genuínas, mais conscientizadas e duradouras. Por meio

dela, o indivíduo se percebe dentro de um espaço onde faz parte, onde se encontra, ainda que indiretamente, em relação com outros e com realidades que além de afetá-lo são afetadas por suas ações, e pela qual por isso se torna também responsável. Além disso, o encontro com o diferente faz com que os indivíduos envolvidos no encontro reconheçam o outro como alguém com quem se relaciona, e não alguém que apenas se sabe que existe. Sensibiliza para o outro a partir do momento em que se percebe que o diferente não é uma ameaça ou alguém que não faz diferença, mas um ser humano com direitos, necessidades, emoções, dificuldades e aspirações, e que partilha da mesma sociedade em busca de seu espaço.

Sensibiliza também, por meio do encontro, para a compreensão de que o diferente não ameaça a individualidade daquele que o encontra, mas a torna ainda mais reconhecível: somos não somente o que somos, mas também o que não somos. O diferente possibilita a singularidade, a forma única de ser e, portanto, o reconhecimento de si e de sua identidade. O reconhecimento do outro, desta forma, fortalece também o grupo que o encontra. Quanto a isto, também estimula o bem-estar social através de sentimentos provenientes de relações saudáveis, como a generosidade, a bondade, a responsabilidade social e a empatia.

No caso do projeto “O Amanhã em Ação”, desenvolvido com alunos de escola particular junto a uma comunidade filantrópica e de valorização da história e cultura dos Quilombolas, as atividades serviram para a fomentação do sentimento de auto eficácia dos estudantes envolvidos, quanto ao seu aspecto filantrópico, assim como para o enriquecimento do vínculo entre os alunos, promovendo pertencimento, sentido e humanização, assim como para a empatia e sensibilidade com o outro, através principalmente da ação final.

Todavia, vale lembrar que o encontro intersubjetivo só é possível quando, superado o sentimento de posse sobre o outro, abre-se espaço para a hospitalidade e o acolhimento. A união entre as duas comunidades serviu como proposta de aproximação da Psicologia aplicada à escola enquanto um de seus principais compromissos atuais com a realidade, segundo defende Martinez (2010), Borges e Mourão (2013): o de comprometimento social. A ação possibilitou o encontro entre diferentes realidades que, diretamente ou não, encontram-se estritamente relacionadas, através da partilha de uma mesma sociedade. Partindo deste ponto de vista, torna-se necessário à escola, em sua função de formar cidadãos, desenvolver um olhar diferenciado através da aproximação com a realidade e a promoção de empatia, o que se faz essencial no processo de superação dos conflitos, desigualdades e separações entre os indivíduos que compõem a sociedade como um todo. Pode-se dizer então que o projeto possibilitou a aproximação deste trabalho com o seu objetivo principal: a promoção de hospitalidade, fraternidade e conscientização para a vida comunitária.

As questões teóricas abordadas no ato de ensinar e aprender só se fazem possíveis, assim como a reflexão e evolução das mesmas, por meio de sua relação com a realidade. Ações práticas se tratam, conseqüentemente, de poderosas aliadas

da educação. O projeto exposto e discutido neste trabalho revela que uma proposta de educação em direitos humanos, por meio de ações concretas, pode ser possível e facilitadora do processo de formação de cidadãos conscientes e de uma sociedade mais fraterna.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, A. P. M.; CAMARGO, C. L.; MURTA, E. F. Educação em Direitos Humanos: Princípios Fundamentais. In: GUTIERREZ, J. P.; URQUIZA, A. H. A. (Org.) **Direitos Humanos e Cidadania: Desenvolvimento pela Educação em Direitos Humanos**. Campo Grande: Editora UFMS, 2013. p. 41-64.

BORGES, L.O.; MOURÃO, L. O Trabalho e as Organizações: Atuações a partir da Psicologia. **Parte I – Grandes Eixos de atuação do Profissional Psicólogo**. Porto Alegre: Artmed, 2013, p. 25- 52.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

CHACON, D. R. A. **Rosto e responsabilidade na filosofia da alteridade em Emmanuel Levinas**. Intuitio, 2015. V. 8, n. 2, p. 15-24.

MARTINEZ, A. M. **O que pode fazer o psicólogo na escola?**. Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, 2010.

MARTINS, J. S. A Existência Intersubjetiva em Martin Buber. **Argumentos**, Ano 2, nº 4, 2010. Disponível em: <[http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3560/1/2010\\_Art\\_JSMartins.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3560/1/2010_Art_JSMartins.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2018.

SADER, E. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In: **Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007. P. 75-83.

SOUZA, M. P. R. **Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos**. Em Aberto, Brasília - 2010. V. 23, n. 83, p. 129-149.

SÍVERES, L.; MELO, P. G. R. **A pedagogia da hospitalidade a partir da filosofia da alteridade em Levinas**. Conjectura: Filosofia e Educação, 2012. 17(3), 34–38.

TULESKI, S. C. et al. **Voltando ao olhar para o professor: a Psicologia e a Pedagogia caminhando juntas**. Revista do Departamento de Psicologia, 2005. V. 17 – no 1, pp. 129-137.

UNFPA. **Negociação Cultural: Algumas conclusões**. Relatório sobre a situação da população mundial, 2015.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Melissa Andréa Smaniotto** - Conclui a faculdade de Bacharelado em Direito no ano de 2000, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Fui aluna de especialização da Escola da Magistratura do Estado do Paraná ? Núcleo de Curitiba em 2001. Entre 2004 e 2007 atuei, na graduação do curso de Direito, como professora colaboradora na Universidade Estadual de Ponta Grossa . O Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas foi concluído em dezembro de 2009. Lecionei também na graduação do curso de Direito nas Faculdades Integradas de Itararé (FAFIT) no período de agosto de 2009 a julho de 2011. Como professora convidada trabalhei no curso de pós-graduação de direito processual civil da Uninter, na modalidade de Educação à Distância. Atualmente sou professora no curso de graduação da Faculdade de Direito do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cescage), na disciplina presencial de Direito Civil ? Família e Sucessões. Na modalidade de Educação à Distância, lecionei a disciplina semi presencial de Introdução às Ciências Sociais e Humanas (fevereiro de 2012 até junho de 2016). Advogada e consultora jurídica, atuando em Ponta Grossa (PR).

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-182-4



9 788572 471824